

## TITULARES CEARENSES- Parte II

---

### BARÃO DE CANINDÉ

#### PAULINO FRANKLIN DO AMARAL



**Barão de Canindé** - Título nobiliárquico passado a 28.03.1877

#### ORIGEM DO TÍTULO

Título de origem toponímica, tomado da Cidade de *Canindé*: cidade situada à margem esquerda do rio do mesmo nome ao norte da serra do Machado (CE). De *canindé*, nome de uma arara de belas penas azuis-escuras, naturalmente abundante nas margens deste rio.[\(1\)](#)

**Canindé:** *Villa, e freguezia no sertão de seu nome, cujos habitantes vivem da criação de gados, e alguns poucos do comercio na villa. O terreno que é cortado pelo rio deste nome é secco, porém muito proprio para a criação. O município forma um termo judicial independente, tem um juiz municipal e de orphãos, e faz parte da comarca de Baturité, de que dista 14 leguas. Foi creada villa por lei provincial de 27 de Julho de 1827, e freguezia por alvará de 3 de Setembro de 1818, sendo desmembrada das de Quixeramobim, e Fortaleza. Seus limites, que são os mesmos do município, são: a léste vertentes da serra de Baturité, ao oéste Quixeramobim, ao norte Santa Cruz pelos rios Curu e Caxitoré, e ao nordéste a da Fortaleza pelo Curú, e Maranguape na fazenda Ingá; tem de norte a sul 24 leguas sobre 23 de léste ao oéste; superfície approximada, 400 leguas quadradas. Sua população absoluta em 1858 andava por 9.009 habitantes. Tinha 1.205 fogos, e em toda a freguezia 1.265 casas. Tem um batalhão de guarda naconal que pertence ao commando superior de Baturité; elege 21 eleitores, forma um collegio, que pertence ao 2.º districto eleitoral. Os habitantes plantão na vertente da serra de baturité algum café, mandioca e legumes; em 1856 presume-se que o gado deu 5.000 crias. A villa é bem situada e elegante, tem boas casas, fica na margem occidental do rio; tem um rico e elegante templo de S. Francisco das Chagas, o padroeiro, cujos milagres attrahem annualmente grande numero de peregrinos, cujas oblatas rendem para o patrimonio da igreja um dous contos de réis annualmente. Tem a villa duas escolas primárias, uma para cada sexo; dista da capital 30 leguas.»*[\(2\)](#)

## FAMÍLIA

**FRANKLIN DO AMARAL** - Família estabelecida no Ceará, à qual pertence Manuel Franklin do Amaral, nasc. cerca de 1815 e falecido em 24.12.1870, em Fortaleza, CE. Funcionário público em Fortaleza. Deixou geração de seu casamento, com Paulina «do Amaral», natural de Fortaleza.

Pais de (entre outros):

- I-1. Franklin do Amaral, patriarca da família Barroso do Amaral, do Ceará.
- I-2. Doutor Paulino Franklin do Amaral, nascido por volta de 1842, em Fortaleza, Ceará, e falecido em 25.03.1892, no Rio de Janeiro. Doutor em medicina, pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Deputado à Assembléia Geral Legislativa, pelo Ceará, em duas legislaturas: na 18.<sup>a</sup>, de 1882 a 1884; e na 20.<sup>a</sup>, de 1886 a 1889.

Cavaleiro da Ordem da Rosa. Comendador da Ordem de Cristo, de Portugal. Foi Tinha condecorado com o Busto do Libertador Simão Bolívar de 3.<sup>a</sup> classe da Republica dos Estados-Unidos de Venezuela. Agraciado com o título de barão de Canindé, por decreto de 28.03.1877.[\(3\)](#)

### Publicou:

1. tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, typ. Comercio, de Brito Braga, 1859; sobre: 1. Operações empregadas para a cura dos aneurismas;
2. Da cerebelite suas causas, sinais, diagnósticos e tratamento;
3. Preparação da stricnina e suas propriedades; e
4. Do centeio esporado e do emprego nos partos.

Deixou geração de seu cas. com Carolina Ventura Rodrigues Heydner, nascida em 09.04.1847, no Rio de Janeiro, RJ, e falecida em 1901, a baronesa de Canindé. (Aparece também como Reydner ou Redner)

Pais de:

- II-1. Plínio Franklin Heydner do Amaral, nascido por volta de 1863, no Ceará. Advogado. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1885. Fazendeiro no Rio Grande do Sul.
- II-2. Oscar Franklin Heydner do Amaral, nasc. em 07.08.1864, em Fortaleza, Ceará, e falecido em 29.10.1899, em Paris, França, de um aneurisma da aorta. Suas exéquias se realizaram na Igreja de St. Pierre de Chaillot.

Bacharel em Direito. Diplomata e Poeta. Nomeado em 1890 para 2.<sup>o</sup> Secretário da Legação Brasileira em Lima, foi no mesmo ano promovido a primeiro Secretário e exerceu duas vezes as funções de Encarregado de Negócios. Foi Primeiro Secretário em Montevideu, em 1892, Washington, Columbia, em 1896, Equador e França, em 1897. Na ausência do Ministro Piza e Almeida exercia em França as funções de Encarregado de Negócios quando faleceu a 29.10. (Raimundo Girão diz 29.09.).

Escreveu:

1. "Helena", versos, Rio de Janeiro, 1882; com 2.<sup>a</sup> edição em 1884;
  2. "Norival", poema, Rio de Janeiro, 1883;
  3. "Horácio", romance, Rio de Janeiro, 1883.
  4. "Uma Noite de Inverno", romance, Rio de Janeiro, 1883..
- II-3. Celina Laura de Canindé, nasc. em 17.03.1867. Casada em 05.10.1887, no Rio de Janeiro, com Astério de Castro Jobim, nasc. em 18.01.1849, em Alegrete, Rio Grande do Sul. Médico pela Academia de Paris, em 05.08.1881. Cavaleiro da Legião de Honra, em 11.07.1890. Com geração, que deixo de citar.
- II-4. Raul Franklin Heydner do Amaral, nascido por volta de 1871, no Rio de Janeiro, e , falecido pouco antes de 1941. Advogado e Diplomata. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1892.
- 

## VISCONDE DE CAUÍPE

**SEVERIANO RIBEIRO DA CUNHA,**  
visconde de Cauhipe, título português.



### TÍTULO

**Visconde de Cauípe (Cauhipe)** - Título nobiliárquico passado, a 01.05.1873, pelo governo português

### ORIGEM DO TÍTULO

Título de origem toponímica, tomado do lugar de Cauípe, no Ceará.

### FAMÍLIA

**CUNHA FREIRE** - Importante família do Ceará, procedente de Felisberto Correia da Cunha, natural de Portugal, e falecido em 1832, no Piauí, que deixou geração do seu casamento com D. Custódia Ribeiro da Cunha , natural de Portugal.

Pais de:

- I-1. Severiano Ribeiro da Cunha, visconde de Cauípe, em Portugal – que segue
- I-2. Joaquim da Cunha Freire, barão de Ibiapaba - também citado nestas notas, acima.

- I-1. Severiano Ribeiro da Cunha, nascido em 06.11.1831, em Caucaia, Ceará, e falecido em 04.09.1876, em Fortaleza, Ceará. Negociante, filantropo. Comendador e vice-cônsul. Moço Fidalgo da Casa Imperial, por Alvará de 12.05.1874. Cavaleiro da Ordem da Rosa. Agraciado pelo governo português, com o título de visconde de Cauípe, pelo Decreto de 01.05.1873. Teve mercê da Carta de Brasão de Armas. Deixou geração do seu cas., a 14.01.1860, com Eufrázia Gouvêa, nascida em 16.06.1836, em Fortaleza, Ceará, e falecida em 03.04.1876, viscondessa de Cauípe, filha do Comendador Manuel Caetano Gouvêa e de Francisca Agrela.[\(4\)](#)

Pais de:

- II-1. Luiza Gonzaga da Cunha, nasc. em 10.12.1864, e falecida em 16.09.1898. Casou duas vezes: a primeira, com José Corrêa Sombra, nasc. em 04.12.1852, em Maranguape, Ceará, e falecido em 16.03.1888. Médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na turma de 1881. Filho de Joaquim José de Souza Sombra e de Severina Corrêa Candida. Com geração deste casamento, que deixo de citar. Casada, em segundas núpcias, em 03.02.1889, em Fortaleza, Ceará, com Guilherme Chambly Studart, nasc. em 05.01.1856, em Fortaleza, Ceará, e falecido em 25.09.1938, em Fortaleza, Ceará. Barão de Studart, por breve Apostólico de 22.01.1900 – também citado nestes estudos genealógicos. Ver barão de Studart.
- II-2. Luiz Gouvêa da Cunha, nasc. em 12.09.1871, e falecido em 03.07.1903

**Brasil Heráldico:** Severiano Ribeiro da Cunha, visconde de Cauípe - Brasão de Armas datado de 16.03.1874. Registrado na Torre do Tombo - Livro XXIV de Mercês de D. Luiz I, fls. 243v: um escudo esquartelado: no primeiro e no quarto quartel, em campo de sinople, três faixas de prata, cada uma carregada de uma flor de lis de púrpura, as flores dispostas em banda; no segundo e no terceiro quartel, em campo de ouro, nove cunhas de azul, postas 3, 3 e 3. Bordadura de goles, carregada de sete castelos de ouro, sendo 3 em chefe e dois em cada flanco [\(5\)](#).



## BARÃO DO CRATO

**BERNARDO DUARTE BRANDÃO**  
Barão do Crato e Oficial da Ordem da Rosa

### TÍTULO

**Barão do Crato** - Título nobiliárquico passado, a 14.09.1866.

### ORIGEM DO TÍTULO

Título de origem toponímica. «Comarca, termo, município, freguezia, e cidade. A antiga missão de Miranda, habitada por diversos índios, administrada por missionários capuchinhos, foi em 1762 elevada a vigararia amovível; em 1761 erecta em villa, e em 1768 creada freguezia sob a invocação de Nossa Senhora da Penha. Os índios que a habitavão forão em 1780 tirados pelo corregedor José da Costa Dias e Barros, de ordem do capitão-general de Pernambuco José César de Menezes, porque causarão damno aos vizinhos. Comarca (de 1.<sup>a</sup> entrancia) - Pelo Alv. de 27 de Junho de 1816 foi separada da do Ceará (Fortaleza) a comarca do Crato, compreendendo as villas então de Quixeramobim, Inhamum, Icó, Lavras, e Jardim. Hoje compõe-se do seu município, e da Barbalha. Tem 1 juiz de direito, 1 promotor, 1 só termo judicial, 5 officios de justiça, e 3 escrivães, 3 freguezias (Crato, Barbalha, e Missão-Velha) e 6 districtos. A população da comarca em 1858 era de 41.896. O território do Crato fica no valle do Criri, ao pé da montanha do Sraripe, de cujas faldas rojão veias d'agua que em varios corregos banhão abundantemente aquelle solo fertilissimo, e rico de produção. A canna, legumes, mandioca, e, nas faldas da serra, o café, dão como em parte alguma. A agricultura é a industria principal do paiz; e para ali correm, não só a proverem-se de mantimentos como a reuigiarem-se das seccas, os habitantes dos sertões vizinhos da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Parahyba, e Piauhy. O valle do Cariri é, sem exageração, semelhante a esses oasis da Libia, para onde correm os Arabes do deserto. Em consequencia da secca que ha tres annos assola os centos das provincias vizinhas, uma população immensa tem emigrado para ali; e presime-se que terá hoje o duplo da que se calculára em 1858, que era de 18.230. Elege 50 eleitores. Conta-se no Crato mais de 120 engenhos que pela maior parte fazem rapaduras que exportão para os sertões vizinhos, cria-se algum gado; em 1854 contava-se 83 fazendas na freguezia, em que collectarão 538 garrotes, e 38 potros. Tem os povoados do Lameiro, e Joazeiro, que são districtos de policia. A cidade do Crato tem 520 casas de telha, e 600 de palha, 1.120 ao todo, e nos arredores outrop tanto; consome diariamente de 6 a 8 rezes. Acha-se situada sobre o riacho do Granjeiro, abundante d'agua; dista da capital 110 leguas, do Icó 30; entretem grande commercio com o Aracaty por via do Icó. Tem uma aula latina, 3 primarias, sendo uma de meninas: na cidade, além da matriz, tem a capella de S. Vicente, e uma casa de camara com ma prisão horrivel.» (6)

### FAMÍLIA

**DUARTE BRANDÃO** - Família estabelecida em Pernambuco, à qual pertence Bernardo Duarte Brandão, nascido por volta de 1784, em Pernambuco, que deixou descendência do seu casamento com Jacinta Augusta Brandão, nat. de Pernambuco (7).

Ao que parece – não há documento que ainda prove – teria sido avô de outro Bernardo Duarte Brandão Júnior, nascido em 15 de julho de 1832, em Icó, Ceará, e falecido em 19.06.1880, em Paris, França, sendo seu corpo transportado para a Capital do Ceará, onde está sepultado. Era filho do Coronel Bernardo Duarte Brandão (8), que seria o segundo do nome.

Foi morador no Ceará. Riquíssimo proprietário de terras, na Ribeira do Icó. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, na turma de 1854. Foi Deputado à Assembléia Geral, pelo Ceará, em duas legislaturas: 12.<sup>a</sup>, de 01.01.1864 a 16.09.1866; e 13.<sup>a</sup>, de 22.05.1867 a 20.07.1868. Gozou de influência política. Vice-presidente do Ceará. Oficial da Ordem da Rosa. Foi agraciado com o título de barão de Crato, pelo Decreto de 14.09.1866.

### **Os 'Barões do Crato e do Icó'**

Artigo de J. Marcelo de Alcântara Pinto (9)

*Bacharel formado na tradicional Academia de Olinda (turma de 1854), o Barão do Crato não se casou. Preferiu ficar solteiro, ligado por estreita afeição à irmã Da. Maria do Rosário Augusta Brandão (era "seu Dú", na intimidade), costumando viajar para Europa - atrativo dos brasileiros naqueles tempos - onde veio a falecer a 19 de junho de 1880 {nasceria a 15 de julho de 1832), sendo seu corpo transportado para esta Capital, onde está sepultado.*

*Em data de 14 de setembro de 1866, estando no poder o gabinete liberal de Zacarias de Gois e Vasconcelos, era assinado na pasta do Império, então confiada a José Joaquim Fernandes Torres, o decreto do governo que agraciava com o título de Barão do Crato ao Dr. Bernardo Duarte Brandão, riquíssimo proprietário de terras, na Ribeira do Icó.*

*Moldado às rígidas características da época, o aristocrata desfrutava de incontestável prestígio naquela vasta região que fora até bem pouco quase que um feudo dos "Carcarás", cujo poderoso chefe era o Cel. Francisco Fernandes Vieira, Barão e Visconde do Icó.*

*Bernardo Duarte Brandão era liberal, seguindo a ala "progressista" chefiada por Zacarias de Gois e Vasconcelos, apoiado, na Província, pela "botica" (Antônio Teodorico, Paiva, Avelino, etc.) e combatendo, tenazmente, o outro lado - o "histórico" - que obedecia à orientação do Senador Pompeu.*

*A cisão fora provocada pelo Marquês de Olinda, que, trazendo em torno de sua personalidade a auréola de ter sido regente, a ponto de se julgar homem necessário, guardava ressentimentos dos companheiros de partido, que, tendo tido nele, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto os seus principais guias nos momentos de perigo, ouviam, agora, ao triunvirato "saquarema" - Paulino, Torres e Eusébio - uma vez desaparecido o Marquês do Paraná, único que manteria até o fim o seu prestígio.*

*E, como os descontentes dos dois partidos eram numerosos, Olinda, com o seu gabinete de 1865, levantaria a bandeira do "progresso" que tremulou por pouco tempo, embora às mãos possantes de Zacarias (este também transviado dos conservadores) e de Saraiva. Esse bara-lhamento determinou, por fim a divisão não mais jugulada dos liberais, aberta, no Ceará, pelo Barão do Crato, que navegou na corrente.*

*Justamente nesse tempo, embora com o apoio dos conservadores ao grupo liberal de Bernardo Duarte Brandão, o eminente Senador Pompeu conseguia levar*

numerosos amigos à Assembléia Provincial que devia servir no biênio de 1867-1868 (na administração dos Presidentes Al vim e Leão Veloso), representantes do elemento tradicional e histórico do partido, inclusive um sobrinho, o futuro senador republicano Joaquim Catunda, e o genro, Dr. António Pinto Nogueira Acióli, o Comendador Acióli, que tanto domínio chegaria a exercer no seu Estado com o regime instaurado com o golpe de 15 de novembro de 1889.

Sobre a aliança dos conservadores com o ramo liberal do Barão do Crato, encontramos uma prova interessante no jornal "Pedro II", editado em Fortaleza, que, no seu número 190 (edição de 30 de agosto de 1867) publicava sob o título "Correspondência" uma carta assinada por Franklin Gonçalves Bastos, residente em Icó, na qual o correligionário procurava justificar a razão por que votara com o Barão do Crato: "Prestei-me à sua eleição, como se prestarão meus distintos amigos Tenente-coronel João Quesado, Tenente-coronel Conceição Cunha, Tenente-coronel Miguel Xavier (antigo deputado provincial) e Capitão Joaquim Pereira".

Mas Zacarias de Gois e Vasconcelos era um espírito arguto, servido por vontade tenaz, imbuído das idéias da escola liberal francesa e das práticas e meios de governo de Guizot, a quem imitava até no porte, e tinha por norma da qual não se afastava dispensar aos amigos todos os favores que podia, em proveito de sua causa. Daí agraciar ao poderoso chefe cearense de sua ala, com o baronato cuja coroa o amor fraterno de Da. Maria do Rosário Augusta Brandão faria esculpir à lápide marmórea de seu túmulo.

Na zona onde morava, desfrutava de fato o Barão do Crato da verdadeira posição de mando que mais se acentuava quando contava com o apoio do presidente da Província. Em Icó, é certo, a ala liberal do Senador Pompeu tinha igualmente amigos valorosos, oriundos da família do seu genro, o futuro Comendador Acióli, que era numerosa e abastada.

Assim, cioso do seu poder, Bernardo Duarte Brandão feria mais fundo o adversário toda vez que podia. Em 1867, tirando vantagem do partidarismo do presidente do conselho de ministros, alcançou a transferência do Coronel Francisco Manuel Dias, comandante superior da guarda nacional do Icó para o comando superior de Lavras e Telha, onde teria de fixar residência. O assombro e a raiva dominaram os arraiais daqueles que se intitulavam membros do partido constitucional. Passado, porém, o estupor, a verrina surgiu à larga... O Coronel Francisco Manuel Dias, que fora alcançado pela medida injustificável, veio pelas colunas do "Pedro II" num comunicado violento que entre outras cousas continha o seguinte: "enquanto o mísero governo, conculcando o meu direito, irá passar pelo colo do Barão do Crato uma grã-cruz ou agraciá-lo com o título de Marquês!! E esse titular de minha terra começará a ter ilusões, de que a sua nobreza revela grande mérito, grandes virtudes cívicas, grande abnegação pelo bem público".

Depois, jogando lama por tabela à reputação do chefe liberal, o órgão conservador alardeava em "Patos Diversos":

"Icó - Escrevem-nos desta cidade o seguinte:

Vamos mal, por que não temos polícia. Um escravo do Barão do Crato (Bernardo Duarte Brandão) roubou em um armazém desta cidade vinte e tantos barris de pólvora e um outro escravo de Da. Margarida (irmã do Barão) roubou a loja de Joaquim Gurgel em uns 900\$0G0 de fazendas; a polícia dorme sono profundo, pois não quer intrometer-se em negócios da família Brandão'.



*E voltava a tratar do mesmo assunto na sua edição de 1 de setembro:*

*"Icó - Escrevem-nos dali em data de 14 do passado o seguinte: O juiz municipal daqui vai já mostrando ser digno sobrinho do seu tio Barão Bernardo. Ninguém o suporta mais com as suas falácias; só quer viver à custa dos outros, pede tudo que vê e não ha baixeza que não pratique contanto que lhe renda alguma cousa. Agora constituiu-se juiz e advogado de um escravo de Da. Margarida, irmã do Barão, que roubara uma porção de fazendas ao negociante Gurgel, estabelecido nesta cidade, e tem posto, como juiz, os maiores obstáculos ao roubado na investigação do fato. Acha-se o processo afeto em grau de recurso ao Dr. Juiz de Direito e todos estão com os olhos fitos sobre o desenlace desta questão. Alguns acreditam que o escravo irá para a rua, por que o Dr. Medeiros não resistirá a negócios tendentes ao Barão, outros, porém, sustentam, que conquanto seja fato consumado que o Juiz de Direito nunca desagradou ao "barão" em pretensão alguma, todavia desta vez sair-se-á bem, principalmente achando-se o crime provado pela confissão do réu".*

*Nem os magistrados escapavam às insinuações. Mas o que se podia esperar de uma imprensa que não hesitava em atassalhar a reputação dos inimigos, embora atenuando a ofensa com palavras que pareciam dizer pouco para traduzir muito?!*

---

## **BARÃO DE IBIAPABA**

### **JOAQUIM DA CUNHA FREIRE**

#### **TÍTULO**

**Barão de Ibiapaba** - Título nobiliárquico passado, a 17.01.1868.

#### **ORIGEM DO TÍTULO**

Título de origem toponímica, tomado da serra de Ibiapaba, entre o Ceará e o Piauí. Do tupi *ibi'ã*, *paba*, a estância da terra alta, ou da chapada, o escarpado ou alcantilado (10). Karl von Martius, tita de *i'bi*, terra, e *pabe*, tudo: terreno descoberto (11).

#### **FAMÍLIA**

**CUNHA FREIRE** - Importante família do Ceará, procedente de Felisberto Correia da Cunha, natural de Portugal, e falecido em 1832, no Piauí, que deixou geração do seu casamento com D. Custódia Ribeiro da Cunha, natural de Portugal.

Pais de:

- I-1. Severiano Ribeiro da Cunha, visconde de Cauípe, em Portugal - também citado nestas notas, adiante.
- I-2. Joaquim da Cunha Freire, nasc. em 18.10.1827, em Caucaia, Ceará, e fal. em 13.10.1907, no Rio de Janeiro (outros dizem dia 12). Grande capitalista. Coronel. Nomeado 1.º Vice-Presidente do Ceará, na administração de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, em 19 de Agosto de 1868. No impedimento do titular, o coronel Joaquim administrou o Ceará, de 24 de abril de 1869 a 26 de julho do mesmo ano, quando assumiu o novo Presidente, o bacharel João Antonio de Araújo Freitas Henriques. No impedimento deste último, assumiu novamente o governo do Ceará, em 13



de setembro de 1870, administrando até a posse do novo governador, o Bacharel José Fernandes da Costa Pereira Júnior, em 20 de janeiro de 1871. No impedimento deste último, o Coronel Joaquim assumiu pela terceira vez, com posse a 26 de abril de 1871, onde permaneceu até a chegada do novo Presidente, o Conselheiro José Antonio de Calazans Rodrigues, 2.º Barão de Taquari. Assumiu pela quarta vez o governo do Ceará, no impedimento daquele último presidente, com posse a 9 de janeiro de 1872, administrando-a por três dias, quando tomou posse, a 12 de janeiro, o novo Presidente, o Comendador João Wilkens de Maros, e este, também precisando se afastar do governo, o passou ao Coronel Joaquim da Cunha Freire, que tomou posse pela quinta vez, em 30 de outubro de 1872, governando até o dia 31 de outubro do mesmo ano, quando tomou posse o 3.º Vice-Presidente, o bacharel Manuel Soares da Silva Bezerra. Voltou ainda ao governo do Ceará, numa sexta e última vez, tomando posse a 11 de setembro de 1873, no impedimento do Presidente, o bacharel Francisco de Assis Oliveira Maciel. Governou apenas dois dias, quando tomou posse o novo presidente, o bacharel Francisco Teixeira de Sá. Fez fortuna como comerciante. Cavaleiro da Ordem da Rosa . Foi Agraciado com o título de barão de Ibiapaba, pelo Decreto de 17.01.1868. Foi casado com Maria Eugênia dos Santos, baronesa de Ibiapaba. Sobreviveu ao marido. Seu nome foi mencionado no convite para a missa de 7.ª dia do marido [\(12\)](#).

**Brasil Heráldico:** Joaquim da Cunha Freire, barão de Ibiapaba – Segundo alguns, teria usado as armas de seu irmão, o visconde de Cauípe, a saber: um escudo esquartelado: no primeiro e no quarto quartel, em campo de sinople, três faixas de prata, cada uma carregada de uma flor de lis de púrpura, as flores dispostas em banda; no segundo e no terceiro quartel, em campo de ouro, nove cunhas de azul, postas 3, 3 e 3. Bordadura de goles, carregada de sete castelos de ouro, sendo 3 em chefe e dois em cada flanco. Para Joaquim da Cunha Freire, seria uma coroa de barão.



---

(1) Antenor Nascentes, Dicionário Etimológico, Tomo II, 60

- (2) Escrito em 1861, dezesseis anos antes da concessão do título - Thomaz Pompeo de Souza Barsil - Dicionário Topographico, p.22, transcrito em 1999, no Dicionário das Famílias Brasileiras, Tomo I, Volume I - Franklin do Amaral.
- (3) Dicionário das Famílias Brasileiras, Volume I, Tomo I, Francklin do Amaral
- (4) Dicionário das Famílias Brasileiras, Volume I, Tomo I, Cunha Freire
- (5) Dicionário das Famílias Brasileiras, Volume I, Tomo I, Cunha Freire
- (6) Escrito em 1861, vinte e quatro anos depois da concessão do título - Thomaz Pompeo de Souza Barsil - Dicionário Topographico, p.57, transcrito em 1999, no Dicionário das Famílias Brasileiras, Tomo I, Volume I - Duarte Brandão
- (7) Dicionário das Famílias Brasileiras, Volume I, Tomo I, Duarte Brandão
- (8) Anuário Genealógico Brasileiro, Tomo I, 1941, pág, 178.
- (9) Ensaio biográfico sobre o Dr. Bernardo Duarte Brandão, Barão do Grato, e sobre o Coronel Francisco Fernandes Vieira, Barão e Visconde do Icó - J. Marcelo de Alcântara Pinto,, em Revista do Instituto Histórico do Ceará, t. LXVII, 60-67 – Agradeço ao amigo **Luiz Alberto da Costa Fernandes** (Dom Beto), a indicação deste artigo.
- (10) Teodoro Sampaio, O Tupi na geografia nacional, 218
- (11) Antenor Nascentes, Dicionário Etimológico, Volume II, 145
- (12) Dicionário das Famílias Brasileiras, Volume I, Tomo I, Cunha Freire